

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Grupo ECB fará diesel “verde” no Paraguai	2
Título: Luz e escuridão	4
Título: UE não deve alcançar metas de energia renovável de 2020	7
Título: Destaques.....	9
Título: Coronavírus ameaça atrasar expansão da geração solar no país	9
Título: Surto na China desequilibra mercado de gás.....	12
Título: Petrobras na China	14
Título: Petrobras cresce produção no Brasil, mas recua no exterior	15
Título: Curtas	16
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	17
Título: Paineis: Camila Mattoso	17
Título: PAINEL S.A.: Joana Cunha	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: A captura das agências	18
Título: Grevistas pressionam Petrobras por fábrica no PR.....	20
Título: Estratégia começou a ser definida antes de protesto	21
VEÍCULO: O Globo	22
Título: Ancelmo Góis.....	22
VEÍCULO: Correio Braziliense	23
Título: Política.....	23
Título: Política de barragens	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/02/2020**Seção:** Agronegócios**Autor:** Camila Souza Ramos**Título:** Grupo ECB fará diesel “verde” no Paraguai

Sócio da Petrobras na BSBios, a maior companhia de biodiesel do Brasil, e dono de diversos empreendimentos no setor de agronegócios no Sul, o gaúcho Erasmo Carlos Battistella se prepara para investir em diesel e querosene “verdes”, de origem não fóssil. Após eleger o Paraguai para desenvolver seu novo projeto, o empresário busca atrair um sócio para iniciar os aportes, estimados em cerca de US\$ 800 milhões

“Estamos negociando com mais de dez sócios potenciais”, disse Battistella ao **Valor**. Sem revelar nomes, ele disse que tem mantido contatos com investidores de diversas regiões do mundo (Europa, Ásia, Oriente Médio, Estados Unidos) e variados perfis - desde empresas que têm interesse no produto renovável ou querem diversificar as operações até fundos de “family office” com metas de aportes em projetos sustentáveis.

Dono do ECB Group, holding que controla a BSBios e que terá participação na empresa que será aberta no Paraguai, batizada de Omega Green, Battistella quer acertar a parceria com o novo sócio até o início do segundo semestre, quando planeja iniciar as obras. Enquanto isso, acompanha os movimentos da Petrobras, que já anunciou que venderá sua fatia de 50% na BSBios, que faturou em 2019 mais de R\$ 3 bilhões.

O diesel “verde” pode ser produzido com as mesmas matérias-primas do biodiesel: óleo de soja, gordura animal e óleo de cozinha usado. A Omega Green deverá usar preferencialmente óleo de soja e sebo bovino, mas há empresas no mundo que fazem o biocombustível com resíduos urbanos. É o caso da Neste, petroleira do governo finlandês que se tornou líder global nesse segmento.

Diferentemente do biodiesel, o diesel renovável tem a mesma molécula que o diesel - o que o credencia, portanto, a substituí-lo por completo no tanque de um veículo, como reconhecem as montadoras. O querosene de aviação de origem renovável (SPK, na sigla em inglês), que a Omega Green também produzirá, segue a mesma lógica.

Para chegar à mesma molécula dos produtos fósseis, as gorduras passam por um processo de hidrogenização - por isso o diesel “verde” foi batizado como óleo vegetal hidrogenado (HVO). Nas 17 usinas de HVO existentes no mundo, o hidrogênio é obtido do gás natural, de origem fóssil. Já na usina da Omega Green, o hidrogênio será obtido das próprias matérias-primas. “Será uma fábrica totalmente sustentável, até na partida”, ressaltou Battistella.

A vantagem ambiental do diesel renovável depende da matéria-prima, do impacto da conversão da área de produção (no caso de culturas agrícolas) e do processo de fabricação. Na Europa, o HVO de óleos vegetais é classificado para o mandato de biocombustível “convencional”, enquanto o de óleo de cozinha é “avançado”. No Padrão de Combustíveis Renováveis (RFS) dos EUA, há fabricantes credenciadas para o mandato de biodiesel, para o de combustível renovável “convencional” e também para o de “avançados”. Dentre elas, a “pegada de carbono” do HVO - desde a produção da matéria-prima até a combustão nos motores - chega a ser 89% menor que a do diesel de petróleo.

O ECB Group está finalizando o processo de certificação da intensidade de carbono do HVO da Omega Green, o que o credenciará para os programas mundiais de energia renovável e garantirá suas vendas, já que toda a produção deverá ser exportada, preferencialmente para Europa, Estados Unidos, Canadá e Ásia. Quanto menores as emissões, maior o “prêmio” recebido pelo produto.

Além do aporte dos acionistas, 60% da construção da fábrica deverá ser financiada junto a bancos. Segundo Battistella, para a estruturação financeira do projeto o ECB contratou o UBS e o Barclays Investment Bank. O orçamento das obras também está fechado. A Omega Green firmou contrato com as americanas Crown Iron Works e Honeywell UOP, da área de tecnologia de refino de combustíveis, e com a espanhola Acciona, companhia de engenharia especializada em energias renováveis.

Nas contas do empresário gaúcho, o investimento deverá se pagar em cinco anos de funcionamento, previsto para começar em 2023. Para assegurar esse retorno, a companhia está em negociações finais com potenciais clientes para fechar contratos de fornecimento (“offtake”) do HVO e do PSK por cinco anos, que deverão garantir entre 70% e 80% do faturamento. A estimativa é que a Omega Green tenha receita anual de US\$ 1 bilhão.

O investimento garantirá que a Omega Green seja, logo de início, uma das maiores usinas de HVO do mundo. A capacidade de produção será de 20 mil barris diários, ou 1 milhão de toneladas por ano. As duas maiores plantas de diesel “verde” em funcionamento hoje, da finlandesa Neste, têm essa mesma capacidade.

A nova usina é propagada pelo governo do Paraguai como o maior investimento privado já realizado na história do país. Segundo Battistella, entre 50% e 60% da matéria-prima a ser usada deverá ser óleo de soja, dada a ampla oferta do grão no país, onde a colheita deverá superar 10 milhões de toneladas nesta safra. Se apenas o óleo de soja fosse utilizado, a planta consumiria 6 milhões de toneladas de soja por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/02/2020

Seção: Política

Autor: Bruno Carazza

Título: Luz e escuridão

Na última semana o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concluiu a venda de R\$ 22 bilhões de ações ordinárias da Petrobras. A estratégia da equipe econômica é se desfazer da participação em empresas consideradas “maduras”, atingindo assim o duplo objetivo de redirecionar a atuação do banco estatal e contribuir para o ajuste fiscal, por meio do repasse de dividendos à União. Antes da Petrobras, houve a venda de 34% do capital do frigorífico Marfrig e também a zeragem de sua posição na distribuidora de energia Light.

A venda de mais de 19 milhões de ações da Light pelo BNDES, aliás, encerra uma trajetória mais do que centenária de envolvimento e intervenção do governo na empresa. Constituída em 1899 em Toronto, no Canadá, como São Paulo Tramway, Light and Power Company, a empresa começou a atuar no Brasil em 1901 com a construção da usina hidrelétrica de Parnahyba, no rio Tietê. Em 1905, os mesmos sócios canadenses criaram a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company.

Saga da Light demonstra aversão ao setor privado

A presença da Light, como passou a ser conhecida, mudou a paisagem das duas maiores cidades brasileiras. Graças a seus investimentos, Rio e São Paulo migraram das carroças para o bonde elétrico e dos lampiões para a

luz elétrica. A empresa obteve ainda a concessão dos serviços telefônicos nas duas capitais, e expandiu sua atuação para outras regiões e setores no país.

O crescimento da maior multinacional estrangeira no Brasil à época, porém, esteve longe de ser bem quisto. A empresa sofria constantes acusações de que suas tarifas eram extorsivas e geravam lucros extraordinários para serem remetidos à matriz. Ao lado do discurso nacionalista de políticos e intelectuais, veio o populismo tarifário que subsidiava o consumo em detrimento dos investimentos na expansão dos serviços. O sistema de bondes acabou ficando sucateado e, depois de um longo período de intervenção federal, seu braço telefônico, a CTB, foi estatizado em 1966.

Em meados da década de 1970 a situação da Light era complicada: seu prazo de concessão estava prestes a expirar, o crescimento gerado pelo milagre econômico exigia investimentos cada vez maiores para dar conta da demanda crescente por energia elétrica e o controle das tarifas deteriorava a receita da empresa. Nessas condições, os canadenses começaram a sinalizar que queriam deixar o país.

A grande questão era: quem compraria a empresa? Àquela época o país não dispunha de grupos econômicos com porte para arcarem sozinhos com a aquisição. Por outro lado, o mundo vivia a ressaca do primeiro choque do petróleo e o fluxo de investimentos para os países emergentes tinha secado. Só restava a opção da estatização, mas pairavam dúvidas se o governo, enfrentando uma grave crise fiscal e de balanço de pagamentos, teria divisas para bancar a operação.

Foi nesse cenário que surgiu uma proposta bastante original. Concebida por Raphael de Almeida Magalhães, político e ex-diretor da Light, e pelo jurista José Luiz Bulhões Pedreira, a ideia era criar um arranjo societário e financeiro para, ao mesmo tempo, evitar a estatização da Light e, como bônus, catapultar o desenvolvimento do mercado de capitais no país.

Bulhões Pedreira, que ao lado do professor Alfredo Lamy Filho havia elaborado o projeto da Lei das Sociedades Anônimas, desenhou a arquitetura do negócio. Em linhas gerais, a ideia era constituir a Empresa Brasileira de Participações S.A (Embrapar), que teria o seu capital integralizado em partes iguais por um grupo de 20 das maiores empresas privadas nacionais. A Embrapar adquiriria o controle acionário da Light e

pagaria o grupo canadense com os dividendos gerados num prazo de dez anos.

Para levantar os investimentos necessários para a conservação e melhoria da sua rede, a Embrapar lançaria ações e títulos nas bolsas do Rio e de São Paulo, e aí residiria a grande externalidade positiva da operação: o lançamento de papéis de uma empresa cujos sócios controladores eram os maiores empresários privados nacionais, lastreados num serviço que gerava receita estável, teria o potencial de popularizar o mercado de capitais brasileiro, pois se mostraria uma aplicação financeira muito mais rentável do que as velhas cadernetas de poupança.

A proposta foi bem recebida pelos donos canadenses e tinha o apoio dos ministros da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, e das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Mas acontece que a velha política atravessou o caminho. O poderoso líder baiano Antonio Carlos Magalhães, então presidente da Eletrobras, bombardeou a proposta privada de todas as formas possíveis, de fake news plantadas na imprensa a relatórios negativos encaminhados ao presidente Ernesto Geisel. E o que seria uma solução genial, de mercado, para o problema, acabou constituindo mais um capítulo do velho estatismo nacionalista brasileiro.

Em 29 de dezembro de 1978, os jornais estampavam nas suas capas: o governo federal decidira comprar a Light. Por US\$ 1,14 bilhão (US\$ 4,5 bilhões hoje), a Eletrobrás adquiriria 83% do capital da empresa, tendo como justificativa a importância estratégica do setor de energia, “intrinsecamente ligada à segurança nacional”, conforme nota divulgada à imprensa. Pouco depois a Light foi repassada ao governo do estado do Rio de Janeiro, e após um longo período de sucateamento, foi privatizada em 21 de maio de 1996. A viabilização da transferência da empresa para o setor privado, porém, só foi concretizada por meio da participação do BNDES. A venda da participação do banco no mês passado, portanto, encerra definitivamente (será?) o ciclo de intervenção estatal na empresa.

A empolgação com a agenda econômica do governo e a queda nas taxas de juros vêm atraindo um contingente cada vez maior de pessoas para a bolsa de valores. Nos idos de 1976, a proposta de José Luiz Bulhões Pedreira e Raphael de Almeida Magalhães de criar a Embrapar tinha o objetivo de levar o pequeno investidor para o mercado de ações.

São “apenas” 44 anos de atraso, em mais um capítulo da extensa lista de oportunidades perdidas em nossa história.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/02/2020

Seção: Mundo

Autor: Assis Moreira

Título: UE não deve alcançar metas de energia renovável de 2020

A União Europeia (UE), que procura liderar o combate internacional às mudanças climáticas, dificilmente alcançará as metas para participação de energias renováveis no seu consumo total em 2020, segundo avaliam os próprios especialistas europeus.

Além disso, embora a UE como um todo já tenha superado suas metas de redução de emissões para 2020, alguns países, como a Alemanha, a maior potência do bloco, tampouco conseguirão cumprir suas respectivas metas nacionais.

Isso leva observadores a questionar o posicionamento da UE em negociações internacionais sobre metas ambiciosas em meio ambiente e mudança do clima, quando a própria UE tem dificuldade para cumpri-las internamente.

A meta para 2020 para o setor de energia na UE é de participação de 20% de renováveis (hidrelétrica, solar, eólica, etc). A meta para transportes é de 10%. No entanto, dados divulgados pelo Eurostat, a agência de estatística da UE, mostram que a participação de renováveis no consumo total de energia teria atingido 18% em 2018, e no caso dos transportes, 8%.

Análise da evolução recente da participação de renováveis no consumo energético da UE indica que a meta para 2020 tende a não ser cumprida, porque seria necessário um crescimento de 1 ponto percentual ao ano entre 2018-20, bem acima da média de expansão anual de 0,7%. Nos transportes, a participação de renováveis tem aumentado 0,5% ao ano desde 2014.

A UE estabelece metas individualizadas para os países-membros. E a constatação é igualmente de que vários deles estão distantes dos compromissos assumidos. Na França, a fatia de renováveis era de 16,6% em 2018 quando a meta para 2020 é de 23%. Na Holanda, a meta é de 14%, enquanto a situação era de 7,4% há dois anos.

No momento, segundo fontes em Bruxelas, não há clareza sobre medidas que poderiam ser tomadas pela UE caso um país-membro ou o próprio bloco não consiga alcançar as metas para 2020.

Um relatório da Agência Europeia para o Meio Ambiente (AEE) indica que a maioria das metas para 2020 não será alcançada, especialmente aquelas sobre biodiversidade. Diz que a Europa “enfrenta desafios de escala urgente e sem precedente”. Nota que as recentes tendências apontam para a desaceleração do avanço em áreas como redução da emissão de gases de efeito estufa, geração de detritos, eficiência energética e na participação de energia renovável.

Conclui que a Europa não realizará seus objetivos para 2030 sem uma ação urgente nos próximos dez anos para responder “ao ritmo alarmante de empobrecimento da biodiversidade, aos efeitos cada vez mais marcantes da mudança climática e ao excesso de consumo de recursos naturais”.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em dezembro em Madri, o Parlamento Europeu promoveu um evento sobre a importância das florestas. Alguns observadores indagam o que estaria por trás disso, quando se sabe que as fontes primárias de emissões de gases são eletricidade e calor (31%), agricultura (11%), transportes (15%), floresta (6%) e manufatura (12%). Ou seja, produção de energia de todos os tipos representa 72% de todas as emissões.

Na Alemanha, o governo de Angela Merkel já admitiu neste começo de ano que o país dificilmente alcançará suas metas de redução de emissões de gases em 2020. Berlim tinha se comprometido em cortar 40% das emissões a partir dos níveis de 1990. Agora, a avaliação é de que só conseguirá reduzir 32%. O setor de energia na Alemanha poderá reduzir suas emissões até 2020, mas no total as emissões vão crescer por causa de veículos e setor de construção.

O World Wildlife Fund (WWF) acusou a Alemanha de estar fazendo “pouco ou nada” para reduzir o aquecimento global. Berlim responde que a meta de 40% será alcançada “o mais rápido possível”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Petróleo no vermelho

Os dois principais contratos de petróleo fecharam a semana passada em queda pressionados pelo surto de coronavírus. Referência mundial, os contratos do Brent para abril terminaram a sexta-feira em queda de 0,83%, a US\$ 54,47 o barril na ICE, em Londres. No acumulado da semana, o Brent caiu 6,34%. Os preços do West Texas Intermediate (WTI) para março recuaram 1,23% na sexta-feira, negociados a US\$ 50,32 o barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). No acumulado semanal, o WTI cedeu 2,40%. A expectativa para esta semana é que a Rússia se posicione sobre novo corte na produção mundial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Letícia Fucuchima**Título:** Coronavírus ameaça atrasar expansão da geração solar no país

Estoques de equipamentos formados pelos fornecedores no país devem durar até abril ou maio

Em crescimento acelerado desde 2018, a geração distribuída de energia solar espera ter mais um ano de forte expansão dos negócios pelo país. Pelas projeções do setor, a potência instalada do segmento deve mais do que dobrar neste ano. No entanto, agentes começam a levantar pontos de preocupação que podem turvar esse cenário. Um deles é o debate sobre a revisão das regras para a geração distribuída, que passou a mobilizar cada vez mais atores e, na visão desse mercado, tem criado uma sensação de instabilidade e insegurança jurídica. Outro fator, mais recente, é a crise do coronavírus - o segmento é altamente dependente de importações de equipamentos da China.

Segundo a Absolar, principal entidade do setor, a geração distribuída solar fotovoltaica deve atingir capacidade instalada de 5,4 gigawatts (GW) neste

ano, aumento de 170% ante 2019. Em investimentos, o segmento deve atrair cerca de R\$ 16,4 bilhões, estima a entidade, quantia 245% superior na comparação anual.

A geração distribuída é uma espécie de “autoprodução” de energia, seja por uma única unidade consumidora ou por consórcios e cooperativas. São enquadradas nesse modelo centrais geradoras com potência até 5 megawatts (MW). Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Brasil encerrou o ano passado com 1,98 GW de potência instalada no segmento. Do total, 1,4 GW foi instalado em 2019.

O presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, atribui a forte expansão ao reconhecimento de que a geração distribuída traz benefícios econômicos, sociais e ambientais. Sobre potenciais riscos no horizonte para 2020, o executivo avalia que os efeitos ainda não são óbvios. Em relação ao caso do coronavírus, por exemplo, ele diz ter ouvido diferentes relatos entre as distribuidoras de equipamentos no Brasil.

Na Sices Solar, uma das maiores na distribuição de módulos solares no país, ainda há produtos do estoque formado antes do ano novo chinês. Porém, a empresa já admite que terá problemas de suprimento em abril e maio. Pelos cálculos internos, a crise do coronavírus pode levar a uma perda de faturamento de 5% a 10% nesses dois meses - o valor será maior caso a paralisação de operações na China se estenda por mais semanas.

“Estamos tentando buscar as mesmas mercadorias em outros países. A principal alternativa é o Canadá, mas também há fabricantes na Turquia, Vietnã”, diz o presidente da Sices Solar, Leonardo Curioni. Por mês, a empresa importa mais de 100 megawatts (MW) em módulos solares.

Outra empresa do ramo, a ALDO Solar diz que, por ora, não está alarmada com o coronavírus. Mas, se a situação não se estabilizar em três semanas, o fornecimento pode sofrer “grandes atrasos”, afirma o presidente, Aldo Teixeira. A empresa paranaense tem acordos com as principais fabricantes de módulos solares da China. Recentemente, firmou um acordo de longo prazo para distribuição dos produtos da chinesa Jinko Solar que, por sua vez, tem no Brasil um de seus mercados prioritários.

Se o coronavírus não se tornou foco de atenção em todo o setor, não falta mobilização em torno da mudança regulatória para a geração distribuída. O debate acalorado sobre esse assunto se expandiu da esfera da Aneel para o Congresso. No momento, agentes do setor estão debruçados na redação

de uma minuta de projeto de lei que definirá um marco legal para a geração distribuída no país. “Não sabemos ainda quando será protocolado, isso depende de escolhermos a melhor estratégia de tramitação”, conta Sawaia, da Absolar.

A discussão envolve as regras para compensação de créditos dos projetos de geração distribuída. Segundo pessoas ligadas à geração solar, a proposta da Aneel reduz a atratividade e retorno dos projetos. Já outra ala do setor elétrico defende a revisão das normas vigentes, sob o argumento de que existem subsídios implícitos ao segmento que oneram os consumidores que não detêm sistemas próprios.

A situação tem afetado de formas distintas os planos das empresas. Há quem pretenda investir apostando numa corrida para implementação de projetos antes da mudança das regras. Em outros casos, a sensação é de paralisia ou ceticismo, diante das incertezas quanto à mudança das normas.

Na Sices Solar, o planejamento do ano contempla esses dois movimentos. A companhia tem planos de investir R\$ 600 milhões, o dobro do ano passado, e espera um faturamento 80% maior, chegando a R\$ 2,7 bilhões. Porém, como forma de mitigar o risco de uma alteração desfavorável das regras, abriu também uma frente de internacionalização dos negócios. Os primeiros passos foram dados no ano passado, com a abertura de filiais em Hong Kong, México e Itália, o que custou à companhia R\$ 40 milhões. Neste ano, unidades deverão ser inauguradas em Portugal e Espanha. “Estamos iniciando outras operações para limitar as perdas”, diz o presidente.

Na Órigo Energia, que tem a japonesa Mitsui entre seus investidores, as iniciativas de expansão não pararam, mas a empresa condiciona um aporte de R\$ 200 milhões em fazendas solares em Minas Gerais a um desfecho “favorável” da revisão das regras para o segmento.

Seção: Empresas**Autor: Harry Dempsey, Derek Brower, David Sheppard e Sun Yu —
Financial Times, de Londres e Xangai****Título: Surto na China desequilibra mercado de gás**

Os cancelamentos no país, segundo maior importador de gás natural liquefeito (GNL), fizeram os preços cair para a menor cotação histórica

O surto de coronavírus desestabilizou o mercado mundial de gás diante da forte queda na demanda e das ameaças de importadores chineses de cancelar até 70% das importações marítimas em fevereiro. Além disso, as empresas sofrem para conseguir pessoal para trabalhar nos portos.

Os cancelamentos no país, segundo maior importador de gás natural liquefeito (GNL), fizeram os preços cair para a menor cotação histórica e desencadearam disputas com fornecedores, que acusam as empresas chinesas de romper contratos para obter preços mais baixos no mercado à vista.

O impasse é mais um dos danos econômicos causados pelo surto do vírus, que deverá restringir o crescimento econômico mundial, já que grandes partes da segunda maior economia do planeta estão praticamente paralisadas.

A queda nos preços do gás representa um possível impulso para fábricas e consumidores, mas um problema para as empresas de fontes de energia, que alertaram a para possibilidade de grandes impactos nos lucros no primeiro semestre deste ano.

A demanda chinesa por petróleo também caiu em fevereiro. Estima-se que houve um declínio de 25%, depois de grandes cidades terem ficado em quarentena, voos terem sido cancelados e um feriado nacional ter sido estendido para conter a disseminação do vírus, que já matou mais de 600 pessoas e infectou mais de 31 mil.

Dois dos grandes grupos de energia da China já declararam motivos de “força maior” em pelo menos 14 contratos de importação de GNL, invocando a cláusula que libera os dois lados de um contrato, normalmente reservada para casos de guerra ou desastres naturais. É provável que mais

compradores chineses de GNL façam o mesmo nos próximos dias, de acordo com fontes a par das transações.

Há relatos de que alguns petroleiros de GNL foram desviados de portos no sul da China para o norte do país. Analistas, contudo, dizem que outros grandes mercados na Ásia e Europa estão saturados com excesso de oferta, de forma que é provável que os navios ancorem afastados das costas chinesas como forma de deixar o produto armazenado no próprio mar.

“A perspectiva de uma flotilha de petroleiros de GNL desviados e navegando pelo mundo em busca de lar apenas aumenta o sentimento de pessimismo”, disse Frank Harrks, chefe mundial da área de GNL na firma de consultoria Wood Mackenzie.

O excesso de gás natural derrubou os preços asiáticos do GNL para o menor patamar histórico, de US\$ 2,95 por milhão de unidades térmicas britânicas (BTUs, na sigla em inglês).

Os vendedores de GNL reclama que o uso pelos chineses da cláusula de força maior é, pelo menos em parte, motivado pelo desejo dos importadores de comprar a preços mais baratos, no mercado à vista, em vez das cargas importadas acertadas em contratos de longo prazo.

O mercado de GNL cresceu rapidamente nos últimos anos, impulsionado pelo aumento da oferta nos Estados Unidos e Austrália. O aumento no comércio marítimo de gás conectou mercados regionais e aproximou as diversas cotações internacionais, de forma que uma queda na Ásia agora pode fazer os preços caírem na Europa e vice-versa.

Das cargas já canceladas por força maior, dez eram contratos entre a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a Royal Dutch Shell. A PetroChina recusou-se a aceitar duas cargas do Catar e duas da Malásia - incluindo uma a ser entregue em março -, segundo fontes a par dos contratos.

Acredita-se que até 50 cargas, ou 70% das importações relativas a fevereiro, corram o risco de cancelamento nos próximos dias, uma vez que mais compradores, entre as quais a Sinopec, enviaram avisos comunicando que teriam problemas se a recebessem.

A China importou uma média de quase 7 bilhões de metros cúbicos mensais do combustível super-resfriado em 2019, segundo a firma de consultoria

Energy Aspects. Embora a China tenha expandido sua capacidade de armazenamento nos últimos anos, ela continua insuficiente, de acordo com analistas da ANZ.

Fornecedores, operadores e advogados que trabalham na área de GNL questionam a legitimidade de declarar força maior em razão da queda na demanda provocada pela disseminação do coronavírus.

“Há dúvidas substanciais se isso é apropriado”, disse Jason Feer, chefe mundial da área de inteligência de negócios na corretora Poten & Partners. “Eles estão tendo muita reação contrária dos fornecedores, dizendo que baixos preços e petroleiros cheios não são um evento de força maior.”

A francesa Total informou ter rejeitado um aviso de força maior de uma empresa chinesa.

“Nossa análise legal é que não há força maior”, disse Philippe Sauquet, presidente da área de gás, fontes renováveis e energia da Total. “Temos que ser cuidadosos porque se há uma quarentena real em um porto de carregamento ou descarregamento, vai haver realmente um caso de força maior na China.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/02/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Petrobras na China

A Petrobras informou na sexta-feira que não recebeu nenhuma comunicação de estatais chinesas sobre a suspensão de contratos de compra de seu petróleo nas últimas semanas, em função dos efeitos do coronavírus. O esclarecimento foi prestado pela petroleira brasileira, em resposta a um questionamento do Valor, em meio a notícias de que a estatal chinesa CNOOC está deixando de cumprir contratos de compra de gás natural liquefeito (GNL). Segundo reportagem publicada pela agência “Bloomberg”, empresas chinesas têm declarado força maior e dito a fornecedores que não aceitariam entregas de cargas por causa de restrições causadas pelo coronavírus.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/02/2020

Seção: Empresas**Autor: André Ramalho****Título: Petrobras cresce produção no Brasil, mas recua no exterior**

Estatel vai divulgar relatório de dados operacionais de 2019 nesta segunda-feira

A Petrobras bateu recordes na produção de petróleo no Brasil em 2019, alavancada pelo pré-sal, mas viu sua produção internacional recuar para os seus menores patamares desde o início dos anos 2000. Essa deve ser a tônica do relatório de dados operacionais que a estatal divulgará hoje ao mercado. Com base no boletim da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a petroleira brasileira registrou um aumento da ordem de 4,8% nos volumes de óleo produzidos no país, no ano passado - uma média de 2,063 milhões de barris diários.

ANP e Petrobras possuem metodologias diferentes para contabilizar a produção de petróleo - a estatal, por exemplo, considera os líquidos de gás natural, enquanto a agência inclui o condensado, mas não o óleo de xisto produzido em São Mateus, bno Paraná. De todo modo, os dados do órgão regulador dão um bom indicativo do que se esperar do relatório de produção da petroleira so ano passado.

A produção nacional de gás natural da estatal cresceu ainda mais que o volume de óleo em 2019. Também com base nos dados da ANP, a empresa produziu, em média, 91,78 milhões de metros cúbicos diários (m3 /dia), uma alta de 8,3% frente a 2018.

A expectativa é que a produção de óleo e gás da Petrobras, no Brasil, tenha voltado a crescer, depois de um ano de baixa em 2018. A estatal produziu, no ano passado, 2,641 milhões de barris diários (BOE) de óleo equivalente, o que representa um avanço de 5,6% na comparação anual, segundo a agência reguladora do setor.

Para 2020, a meta da companhia é produzir 2,7 milhões de BOE/dia, em linha com os volumes estimados para 2019. Perdas com o declínio da produção do pós-sal e paradas para manutenção de plataformas devem compensar os ganhos do pré-sal.

No exterior, por outro lado, a produção da Petrobras deve continuar a cair. No último relatório de produção da estatal, ela reportou uma produção de

81 mil BOE/dia de óleo e gás fora do país no acumulado de 2019, até setembro, uma queda de 21% em relação a igual período do ano passado. Os dados parciais de 2019 são os mais baixos da companhia desde 2002.

A expectativa é que, em 2020, esse percentual caia ainda mais, depois que a estatal concluiu, em janeiro, a venda da PetroÁfrica. A produção internacional da companhia vem agora, sobretudo, da Bolívia e dos EUA. O recuo de sua produção no exterior se deve, essencialmente, ao impacto dos desinvestimentos. Em 2019, a empresa teve sua presença global reduzida em função da formação da joint venture com a Murphy Oil, nos EUA. Com a operação, concluída no fim de 2018, a estatal passou uma fatia de 20% na associação que atua no Golfo do México e reduziu os seus volumes na região.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/02/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Energisa divulga planos

O grupo Energisa pretende investir em 2020 cerca de R\$ 3 bilhões, o que representa aumento em torno de 8,5% em relação ao que foi previsto para 2019, segundo o formulário de referência da companhia, que foi reapresentado na sexta-feira. A empresa divulgou que os investimentos nas distribuidoras devem atingir R\$ 2,5 bilhões, aumento de 6%, com a Energisa Rondônia recebendo a maior parte dos recursos, R\$ 644,1 milhões. No ano passado, a empresa previu realizar o maior aporte na Energisa Mato Grosso. A companhia pretende financiar seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e outros instrumentos de captação dos mercados de capitais. De acordo com o formulário de referência, não estão previstos desinvestimentos em 2020.

Vale negocia nos EUA

A mineradora Vale chegou a acordo preliminar de US\$ 25 milhões para encerrar ação coletiva movida contra a companhia nos Estados Unidos após o rompimento de barragem da Samarco em Mariana (MG) em 2015, segundo informou a Reuters. O acerto ainda precisará passar por aprovações judiciais. O processo foi movido por investidores estrangeiros que acusaram a Vale, sócia da Samarco junto à BHP, de omitir ou ocultar informações sobre as políticas de riscos e procedimentos de segurança, o que segundo eles teria levado a prejuízos com o desastre. A proposta de acordo vem após meses de negociações com apoio de um mediador. Um tribunal ainda deverá ouvir as partes e determinar se a proposta é “justa, razoável e adequada”, segundo o documento judicial.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 10/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Painel: Camila Mattoso

Olho no lance

Em meio à expectativa da reforma tributária, propostas na Câmara e no Senado unificam tributos federais e estaduais e mudam a taxa dos combustíveis. Uma delas coloca todos os produtos com uma única tributação que, segundo especialistas, girará em torno de 25% — hoje, o imposto sobre a gasolina é de 45%.

Horizonte

“Será um bom momento para discutir racionalmente a tributação de combustíveis, mas para além desse debate conjuntural sobre se quero ou não baixar o preço”, afirma o economista Bernard Appy, autor da proposta da Câmara.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 10/02/2020**Seção:** Colunas**Autor:** com Filipe Oliveira e Mariana Grazini**Título:** PAINEL S.A.: Joana Cunha

Mar

O CNPE (conselho de política energética) do Ministério de Minas e Energia, aprovou, na sexta (7), a criação de um grupo de trabalho para analisar os sistemas de segurança e monitoramento de áreas e ativos usados na produção de petróleo e gás natural. Terá 120 dias para enviar o relatório final ao conselho.

Luz do sol

O estado de São Paulo ultrapassou os 250 megawatts de potência instalada para geração distribuída, segundo a ABGD (associação do setor). São 36,4 mil unidades consumidoras que recebem energia de 28,1 mil conexões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 10/02/2020**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** A captura das agências

O presidente Jair Bolsonaro pretende preencher 22 diretorias de 10 agências reguladoras que estão vagas com funcionários alinhados à sua agenda política, como informa o Estado. Bolsonaro afirma que está fazendo nomeações técnicas, mas há informações segundo as quais os candidatos às vagas não podem ser “esquerdistas” ou terem ligações com o PT. Não é de hoje que os interesses políticos contaminam o preenchimento de diretorias das agências. A prática de trocar essas vagas por apoio político no Congresso era comum nos governos do PT – e o resultado disso foi a indicação de diretores sem a menor qualificação para o cargo, afetando diretamente o desempenho das agências.

Seja por fisiologismo, no caso petista, seja em razão de depuração ideológica, como pretende Bolsonaro, a nomeação de diretores das agências sem que se priorizem critérios técnicos desmoraliza esses órgãos tão importantes. E talvez seja esse o objetivo, já que tanto Lula da Silva e Dilma Rousseff, a seu tempo, como Jair Bolsonaro disseram considerar as agências um estorvo – para o atual presidente da República, “as agências travam os Ministérios” e constituem “um poder paralelo”. As agências foram criadas nos anos 1990 como resposta à necessidade de prover a regulação de serviços públicos cuja administração estava sendo concedida ou vendida à iniciativa privada.

A ideia era definir direitos e obrigações do Estado e do setor privado nos contratos de concessão ou equivalentes, sempre tendo o interesse público como norte. Para isso, as agências têm de ser autônomas, para evitar pressões políticas. A elas cabe estabelecer normas para regular a exploração dos serviços, fomentar a competição e assegurar que os consumidores sejam atendidos de forma adequada, sem interrupção e por preço justo. É preciso garantir que essas normas não mudem ao sabor de interesses políticos ou de qualquer outra natureza, pois disso depende a segurança jurídica. Um mercado de serviços públicos bem administrado, com previsibilidade regulatória e protegido de influências de caráter privado, é atraente para os investidores, sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável do País.

O problema é que as agências quase sempre estiveram à mercê de pressões políticas e empresariais e padeceram, ao longo de décadas, de uma legislação confusa e pulverizada. Foi somente no ano passado que o Congresso aprovou um marco jurídico para as agências, a Lei Geral das Agências Reguladoras (Lei 13.848/19), com normas claras de governança comum a todos esses órgãos, independentemente da área de atuação. O marco concede autonomia financeira, administrativa, funcional e decisória às agências. Além disso, determina que os dirigentes tenham comprovada experiência profissional na área – para evitar casos como a nomeação de um ex-diretor de time de basquete para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), feita pelo então presidente Lula da Silva para agradar ao MDB.

A ideia do marco regulatório é diminuir, tanto quanto possível, a ingerência política sobre as agências, seja por parte do presidente da República, que nomeia diretores, seja por parte do Congresso, que aprova ou não os indicados e, além disso, exerce o controle externo sobre esses órgãos.

Ademais, o marco busca acabar com a vacância em cargos de diretoria, causada pelo atraso do presidente nas nomeações – que prejudica o funcionamento das agências. Bolsonaro vetou parte desse marco jurídico, justamente para continuar a ter liberdade de nomear quem bem entender, preservando sua capacidade de exercer influência política nas agências. O presidente Jair Bolsonaro elegeu-se com a promessa de estimular as forças do mercado para impulsionar o desenvolvimento do País. Ao contaminar as agências reguladoras com sua pauta ideológica e política, porém, Bolsonaro colabora para piorar ainda mais o já deteriorado ambiente de negócios do Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Grevistas pressionam Petrobras por fábrica no PR

Movimento que entra na segunda semana inclui ocupação de sala e acampamento na porta da estatal no Rio

Em greve desde o início do mês, petroleiros se impõem provas de resistência física na tentativa de sensibilizar a diretoria da Petrobrás às suas reivindicações. Um grupo se mantém acorrentado aos portões da Auracária Nitrogenados (Ansa), no Paraná. Outro está acampado em vigília na frente da sede da empresa, no centro do Rio. E cinco sindicalistas ocupam uma sala do prédio, no mesmo andar do setor de recursos humanos, à espera de nova rodada de negociação. No centro das mobilizações está o fechamento da Ansa, anunciado pela Petrobrás há quase um mês. Com o encerramento da fábrica de fertilizantes nitrogenados, quase mil pessoas, entre contratados diretos e indiretos, vão ficar desempregadas, segundo cálculo dos sindicatos e do Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPTPR).

A direção da empresa se refere em comunicados a 396 empregados diretos atingidos pela decisão de dar fim à Ansa. “Muda tudo. Você fica sem chão, sem perspectiva nenhuma. São mil famílias que estão sem perspectiva nenhuma. De uma hora para outra, perdemos tudo”, afirmou Lourival de Andrade, de 45 anos de idade e 14 anos de Ansa. A diretoria da estatal argumenta ser impossível manter a subsidiária funcionando após sucessivos prejuízos financeiros e diz também não ser viável, do ponto de

vista jurídico, incorporar os funcionários ao seu quadro, porque a subsidiária tem autonomia estatutária. Os sindicatos reclamam por não terem sido avisados previamente da demissão em massa e pedem uma solução alternativa ao desligamento dos trabalhadores.

Acampamento. “Não tem emprego no mesmo ramo”, afirmou Edilson dos Santos, de 46 anos, uma década como operador na fábrica paranaense. Ele faz parte do grupo de 19 demitidos da Ansa que viajou por 12 horas do Paraná ao Rio para se instalar na calçada em frente à sede da Petrobrás. Assim como seus colegas de acampamento, Santos tem passado dias e noites, desde o início do protesto, debaixo de uma barraca de lona, sentado numa cadeira de praia. Veio acompanhado da mulher, Cândida Pereira, que dorme num hotel. Já ele, da mesma forma que os demais demitidos do seu grupo de manifestantes, deixa o acampamento unicamente para comer e tomar banho.

“É uma experiência nada agradável. É como se fosse uma humilhação”, descreveu Cândida. Em função da greve, a Petrobrás informou na sexta-feira que iniciou a contratação imediata de pessoas e serviços, de forma emergencial, para garantir a continuidade operacional em suas unidades durante a paralisação dos petroleiros. Segundo balanço da Federação Única dos Petroleiros (FUP), 18 mil petroleiros, de 13 Estados, já teriam aderido à greve.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Estratégia começou a ser definida antes de protesto

Diretores da FUP dão orientação sobre rumos de paralisação de dentro de sala ocupada na sede da Petrobrás

A estratégia da greve foi definida dias antes da paralisação, em reuniões no centro do Rio, entre lideranças da Federação Única dos Petroleiros (FUP). A ocupação de uma sala do edifício-sede foi a primeira decisão. Cinco diretores entraram com o objetivo declarado de participar de uma reunião com a equipe de recursos humanos da empresa. Eles já tinham em mente que, de lá, não sairiam. Quando a greve estourou, no último dia 1º, os cinco diretores já estavam no prédio, de onde comandam o movimento via redes

sociais. Os dias são consumidos em discussões virtuais com representantes dos sindicatos nos Estados e em entrevistas a sites e canais do Youtube.

O primeiro fim de semana foi sem ar-condicionado e energia elétrica e com alimentação limitada. “É uma ação característica nossa, a vigília e a ocupação”, afirmou Deyvid Bacelar, um dos diretores da Federação Única dos Petroleiros que se mantém na sede da companhia. Um outro grupo se acorrentou aos portões da fábrica que será fechada em Araucária, no Paraná. “No último dia 14, recebemos a notícia de que todos seriam demitidos. O sindicato, então, traçou várias estratégias, com alguns atos. Uma delas foi a gente ficar acorrentado na frente da empresa (em Araucária). No meio disso, veio o convite para vir para o Rio fazer mais esse ato”, contou Patric Fernando de Melo, de 40 anos, 15 deles na Petrobrás.

Em despacho, o ministro Ives Gandra Martins Filho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerou que a greve tem “conotações políticas” e determinou o bloqueio das contas dos sindicatos envolvidos nas paralisações e a suspensão das mensalidades dos empregados da estatal. Ele também estabeleceu a manutenção de efetivo mínimo de 90% dos funcionários da Petrobrás nas unidades – o que, segundo a empresa, não estaria acontecendo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Ancelmo Góis

Para quem acha que a Lava-Jato perdeu fôlego

Marcelo Bretas, juiz da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, encarregado pela Lava- Jato carioca, acaba de receber uma enxurrada de novos “Termos Colaboradores”, fruto de várias delações premiadas fechadas em Tribunais Superiores, em Brasília. Tem para todos os gostos. Sem falar na nova colaboração de Sérgio Cabral.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 10/02/2020**Seção:****Autor:****Título:** Política

Superexploração dos recursos naturais

“Estamos avaliando os 42 artigos do PL, mas uma análise inicial já mostra que ele fere de morte os direitos indígenas. Além de invasivo na forma de organização desses povos, está orientado pela lógica predatória baseada na superexploração dos recursos naturais”, diz Danicley Aguiar, do Greenpeace, sobre o projeto que libera mineração em terras indígenas. Para ele, diferentemente do que afirmou o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que se referiu ao texto como a “Lei Áurea” dos indígenas, o projeto torna os povos originários “escravos da lógica predatória”.

Ele explica que as terras indígenas equivalem a 110 milhões de hectares de floresta, onde estão estocados 34% do carbono capturado. “A exploração vai acelerar o desmatamento e permitir que o carbono possa ser emitido, o que vai agravar ainda mais a crise climática global”, crava. Ele destaca, ainda, que as comunidades indígenas são protetoras das florestas, responsáveis pela manutenção do regime de chuvas no Sudeste do Brasil.

“Assim como é dever dos cidadãos seguirem a Constituição, é também do presidente. Ele não pode ignorar o pacto social feito em 1988, que não é fruto da cabeça de um deputado”, destaca, ao se referir aos direitos de propriedade e manutenção do modo de vida dos povos indígenas e ao meio ambiente equilibrado a todos os brasileiros, garantidos pela Constituição de 1988. “Olhar para a Amazônia como uma província mineral é colocar o Brasil refém da lógica colonial, que manda commodities para o resto do mundo. Precisamos de um plano de ciência e tecnologia para a Amazônia e de um plano de combate ao desmatamento.”

Confinamento

Engenheiro florestal com 25 anos de experiência em florestas e no trabalho direto com comunidades indígenas, além de ser originário da região amazônica, Aguiar nasceu em Santarém, no Pará. O especialista tem um

perfil diferente daquele descrito pelo presidente Jair Bolsonaro na quinta-feira. O chefe do Executivo disse que ambientalistas usam terno e gravata, moram em zonas urbanas e fumam um “cigarro legal”, entre aspas, conforme afirmou, um dia depois de confessar que, se pudesse, confinaria os ambientalistas na Amazônia.

“Confinamento é tática de quem não preza pela democracia. É tática totalitária. Não é com confinamento que ele vai resolver os problemas, mas com diálogo. Ambientalistas também fazem parte da sociedade, e o presidente deve representar todos os brasileiros”, reprovou Aguiar.

De acordo com o WWF, as terras indígenas ocupam 13% do território nacional, 30% da Amazônia Legal e mantêm protegidos mais de 97% da vegetação nativa original, além de abrigarem 256 povos indígenas. “As terras indígenas funcionam como áreas insubstituíveis para a preservação de inúmeras espécies de fauna e flora, que não conseguem abrigo em outros lugares, como também fornecem a toda a sociedade brasileira serviços ambientais de valor econômico inestimável.” Para a entidade, o PL foi elaborado em um contexto de ameaças em que o desmatamento em terras indígenas cresceu 49% entre 2018 e 2019.

PL fere a Constituição

Inconsistência constitucional e a não observância da Convenção 169, de Direitos Humanos, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), serão os dois principais desafios do projeto de lei assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, na semana passada, que propõe a liberação da mineração e da geração de energia hidrelétrica em terras indígenas, além de outras atividades, como produção de petróleo e gás. Na opinião de juristas, essas duas falhas matam o projeto. Para parlamentares, será difícil o texto passar no Congresso. Já ambientalistas apontam que o PL colide com os compromissos do Brasil no Acordo de Paris, ao abrir as portas para a liberação de carbono na atmosfera em quantidades sem precedentes, aprofundando a crise climática.

Estabelecida em 1989, a Convenção da OIT foi assinada pelo governo brasileiro em 2004. Ela determina a “consulta prévia, de boa-fé, bem informada e tendente a chegar a um acordo”, ou seja, antes de iniciado qualquer processo decisório que envolva terras e comunidades indígenas, as partes devem dialogar, e as posições iniciais podem ser revistas. Portanto, o projeto pode não ser realizado.

Ocorre que o governo federal não realizou a consulta, conforme declararam, em nota, as principais entidades que representam as comunidades indígenas: Associação dos Povos Indígenas no Brasil (Apib) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), que repudiaram o projeto.

“O PL do governo faz uma interpretação equivocada da Constituição em vários pontos. Além disso, os indígenas têm usufruto exclusivo sobre suas terras, segundo a Constituição. A possibilidade de utilização minerária depende de muitas condicionantes que o PL não prevê”, disse o jurista Carlos Marés, que presidiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) entre 1999 e 2000.

Para o advogado Raul Valle, do WWF, a exploração mineral e a instalação de hidrelétricas em terras indígenas requerem lei específica regulamentando a atividade. No entanto, além de o projeto tratar única e exclusivamente de atividades de infraestrutura, faltou a consulta. “A Constituição diz que as convenções e os tratados internacionais que o Brasil assina são incorporados ao direito brasileiro com o mesmo peso da Constituição nacional. A discussão da Convenção da OIT pode chegar ao Supremo Tribunal Federal, que ainda não se debruçou sobre o tema. Portanto, o governo deveria cumprir a convenção que assinou”, afirma.

Outro problema do projeto, segundo Valle, é que o documento fala da viabilidade de mineração e não do impacto ao meio ambiente. Assim, é precário. “Falta boa-fé. O PL deveria trazer as condições sob as quais os projetos podem acontecer. Há projetos assim, de hidrelétricas, por exemplo, tramitando no Congresso, ou seja, com as informações mínimas necessárias”, afirma.

Ele lembra que o detalhamento teria de ter sido feito antes mesmo da consulta às comunidades indígenas, para que pudesse ser apresentado. “Achar que terras indígenas são boas para mineração e geração de hidroeletricidade é um pensamento do século 10. No século 21, a ciência já demonstrou que terras indígenas são fornecedoras de serviços ambientais, que mantêm o equilíbrio climático”, lamenta.

Polêmica

Primeira e única deputada federal indígena, Joênia Wapichana (Rede-RR) avisa que o embate no Congresso será difícil. “Há muitos anos, a mineração em terras indígenas tem sido colocada na pauta e já houve diversas tentativas, que nunca chegaram a um consenso. É polêmico, porque é um projeto que vai afetar a vida dos povos indígenas. Todas as vezes, isso foi proposto de forma inadequada”, ressalta. Ela afirma que haverá divisão, por existirem muitas questões técnicas e jurídicas envolvidas. “Não se consegue avançar, porque não há respeito aos direitos constitucionais, não se observa a Convenção da OIT, que é basilar para o início do diálogo”, destaca.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara, deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), também espera muita discussão em torno do PL a partir desta semana. Ele lamenta que a polêmica seja instaurada quando a Casa já estará ocupada com projetos importantes, como as reformas tributária e administrativa.

“É um tema que vai dar bastante debate, pois tem problemas de constitucionalidade. Até porque o artigo 231 da Constituição já trata desse assunto de uma maneira diversa. No ano passado, dois projetos tentaram fazer alteração na Constituição para tratar dessa questão e nenhum dos dois chegou a ser aprovado em plenário”, conta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/02/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Política de barragens

O perigo representado pelas barragens espalhadas pelo país continua assombrando a população e tirando o sono das autoridades responsáveis pela fiscalização das mesmas. Não se pode negar que já foram tomadas medidas concretas para que não se repitam tragédias como o rompimento das barragens de rejeitos de minério de ferro em Mariana, com o saldo de 19 mortos e a devastação do Rio Doce até a foz, no Oceano Atlântico, e a do Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que provocou a morte de 259 pessoas — 11 continuam desaparecidas. No entanto, muito mais tem de ser feito para que não ocorram desastres como os registrados em Minas Gerais e que ainda

podem se repetir em outras regiões do Brasil.

Muito importante a decisão dos órgãos oficiais de proibir a construção de barragens de alteamento a montante, técnica utilizada nas duas estruturas que se romperam em solo mineiro. Porém, ainda existem pelo menos 88 erguidas por esse método ou por modelo desconhecido, entre as 717 catalogadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), número considerado aquém das realmente existentes no país. Por isso, a sociedade exige práticas social e ambientalmente mais sustentáveis, como a adotada pela indústria química após o vazamento de gás tóxico na Índia, ocasião em que cerca de 500 mil habitantes de Bophal foram afetados.

Tornou-se urgente a adoção de uma nova política de gestão e monitoramento contínuo de represas, com a utilização de tecnologias de ponta, como radares e satélites. As autoridades têm de estudar, seriamente, a possibilidade de se exigir um número proporcional de engenheiros e geólogos geotécnicos nos quadros das empresas, sobretudo as mineradoras, da mesma forma que acontece na segurança e medicina do trabalho. É fato que nem todas as companhias voltadas para a extração mineral dão a necessária atenção à integridade das barragens e, por isso, não têm condições de monitorá-las de forma eficiente e segura, o que pode ser comprovado pelos exemplos de Mariana e Brumadinho.

Diante dessa constatação, uma das alternativas propostas por especialistas do setor é a terceirização desse trabalho, seguindo todas as exigências da ANM. Os órgãos reguladores da atividade mineral do país também podem recorrer a diretrizes internacionais, comprovadamente eficazes, para a implementação de uma nova política para a área. Basta dizer, por exemplo, que no Brasil não existem estudos sismológicos nos projetos das barragens, apesar da ocorrência, frequente, de tremores de baixa intensidade no território nacional. Técnicas desenvolvidas recentemente, como os avanços em geofísica e o uso de laser e fotogramas, também devem ser incorporadas aos procedimentos de monitoramento.

Existe tecnologia, boas referências nacionais e internacionais e capacidade técnica para se evitar tragédias como as de Mariana e Brumadinho. Por isso, autoridades e empresas mineradoras, principalmente, não podem deixar o

tempo passar para tomar todas as providências necessárias exigidas pela sociedade.

MME / ASCOM.